

# MUITO ALÉM DE ESTEREÓTIPOS, DIREITO À SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS: UMA REVISÃO DE LITERATURA<sup>1</sup>

Laura Tolotti<sup>2</sup>, Ellen Karolyne da Rocha<sup>3</sup>, Eduarda Mendes Lopes<sup>4</sup>, Rodrigo Ferla<sup>5</sup>, Junir Antônio Lutinski<sup>6</sup>

<sup>1</sup> Trabalho desenvolvido pela Liga Acadêmica de Anatomia Humana da Unochapecó

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Graduação em Medicina (UNOCHAPECÓ), laura.t@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil

<sup>3</sup> Aluna do Curso de Graduação em Medicina (UNOCHAPECÓ), ellenrocha@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil

<sup>4</sup> Aluna do Curso de Graduação em Medicina (UNOCHAPECÓ), eduarda.lopes@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil

<sup>5</sup> Aluno do Curso de Graduação em Medicina (UNOCHAPECÓ), rodrigoferla@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil

<sup>6</sup> Professor orientador, biólogo, Ms. Dr., Curso de Graduação em Medicina (UNOCHAPECÓ), junir@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil

## RESUMO

**Introdução:** Transexuais são aqueles que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. Mesmo com o importante avanço nas políticas de proteção dessa população, ainda há muitos relatos de violência e opressão nos serviços de saúde. **Objetivos:** Evidenciar que os transexuais sofrem negligências e violências nos serviços de saúde. **Resultado:** Das 95 produções encontradas, 46 foram analisadas e 19 utilizadas. Entre os eixos selecionados, o “acesso aos serviços de saúde e o preconceito para com a população trans no atendimento” estava presente em 15 (78,94%) produções; 11 (63,16%) continham descrições e relatos de violências ocorridas no acesso aos serviços de saúde; 10 (52,63%) se encaixavam no eixo “capacitação de atendimento humanizado”; e 6 (31,58%) faziam estudo do “arcabouço legal” existente. **Conclusão:** O estudo sobre este tema e a capacitação dos profissionais tornam-se imprescindíveis frente às especificidades do atendimento e o uso adequado das terminologias referentes às pessoas trans.

## INTRODUÇÃO

Por décadas, a necessidade de estudos sobre a população transexual foi deixada de lado. Não obstante, os movimentos sociais desse grupo emergiram e ganharam popularidade, o que foi fundamental para a visibilidade das necessidades das pessoas trans. A evidência possibilita o avanço em relação a uma legislação de proteção às vidas transexuais (OLIVEIRA et al., 2019).

Considera-se travesti o indivíduo que modifica o corpo e o comportamento para se assemelhar ao sexo oposto. Transexuais são aqueles que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, seu corpo não é adequado à forma como se sentem (SILVA et al., 2016).

No Brasil, as políticas de saúde referentes às pessoas transexuais foram adotadas apenas em 2004, com a formulação do Plano Nacional de Combate à Violência e à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, o qual prevê a promoção de direitos, segurança, educação, saúde e trabalho. Em 2013, mais um documento foi elaborado pelo Ministério da Saúde: a Política Nacional de Saúde Integral LGBT. Essa declaração tem como objetivo oferecer informações e, por meio dessas, a combater a discriminação e o preconceito institucional. Além disso, prevê a redução das desigualdades e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema universal, integral e equitativo. Entretanto, a consolidação e o cumprimento das intervenções previstas nos documentos, como uso do nome social, dependem do bom senso dos profissionais, dado que são ações descentralizadas e de âmbito institucional. Por esse motivo, são necessárias capacitações aos profissionais da saúde para que seu atendimento seja adequado à população transgênera.

Lamentavelmente, a população transexual sofre variadas violências, causadas também pelo fato de não se encaixarem na estrutura binária, cisgênera e heterossexual. Tais opressões são observadas tanto de forma direta, a partir de agressões verbais ou físicas, como indireta, ao negar direitos básicos que garantam dignidade a estes indivíduos, a violência simbólica e, conseqüentemente, a psicológica. É possível perceber diversas negligências dos profissionais nos serviços de saúde, como o desrespeito ao nome social, visto que os conceitos heteronormativos permeiam os atendimentos. Tal situação faz com que muitos indivíduos transgêneros deixem de procurar atendimento, pois o medo de sofrer violência sufoca a coragem para buscar ajuda (SILVA et al., 2016).

Nesse cenário, esse grupo encontra-se em vulnerabilidade ao passo que o atendimento regular e a educação em saúde não são realizados. O desrespeito para com o nome social adotado, despreparo de profissionais ao prestar um atendimento humanizado deste público, evasão e dificuldade das pessoas trans no acesso à saúde básica e especializada são alguns exemplos de violências sofridas pelos transgêneros nos sistemas de saúde.

Essas agressões ferem os direitos do usuário e os preceitos do SUS, os quais são

fundamentados na universalidade do acesso, integralidade, equidade e humanização do atendimento (SILVA et al., 2016). Assim, é imprescindível o incentivo a pesquisas nesse âmbito a fim de melhor compreender as agruras que afligem a população trans.

## **METODOLOGIA**

Este estudo constitui-se de uma revisão integrativa, realizada no mês de agosto de 2020. Para a coleta de dados, foram selecionados artigos nas bases dados *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), *US National Library of Medicine* (PUBMED) Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), utilizando os descritores em associação: “transexual”, “transgênero”, “identidade de gênero” ou “travesti”, “acesso e atenção primária”, “atenção básica”, “saúde”, “sistema único de saúde” ou “SUS”. Os critérios de inclusão delimitados foram: realizados no Brasil, estarem disponíveis gratuitamente e com estabelecimento limite de tempo de publicação a partir de 2016. Para a seleção final dos artigos foi realizada foram excluídos os títulos que se repetiam e realizada a leitura minuciosa na íntegra, com isso foram excluídos as produções que não condiziam com o propósito deste estudo. Os propósitos planejados para o presente estudo foi a discussão dos eixos o “arcabouço legal”, “as violências”, o “acesso aos serviços de saúde e o preconceito para com a população trans no atendimento” e a “capacitação de atendimento humanizado”.

## **RESULTADOS**

Foram encontradas 95 produções a partir dos critérios e métodos adotados. Foram analisados 46 artigos e desses, foram utilizados 19, que correspondiam aos fins propostos para este estudo. Na análise percebeu-se a que a distribuição das produções literárias encontra-se mais concentrada na região sudoeste, com 10 produções (52,56%), das regiões nordeste e sul, foram selecionados 4 artigos cada (21%) e um artigo da região centro-oeste (5,3%), o que caracteriza uma visível restrição quanto ao assunto. Entre os eixos selecionados para o estudo, percebeu-se que o “acesso aos serviços de saúde e o preconceito para com a população trans no atendimento” estava presente em 15 (78,94%) produções, 11 (63,16%) trabalhos continham desde descrições a relatos de violências ocorridas no no acesso aos serviços de saúde frente a população trans. Também percebeu-se a presença de 10 (52,63%) artigos que se encaixavam no eixo “capacitação de atendimento humanizado” e apenas 6 (31,58%) das produções faziam estudo do “arcabouço legal” existente hodiernamente, demonstrando a escassez e ineficácia das

políticas de apoio e amparo a população trans.

## **DISCUSSÃO**

Nas últimas décadas, ocorreram diversos avanços nas normas institucionais que envolvem o setor saúde e a população trans. Dentre elas, destacam-se: a formulação do Plano Nacional de Combate à Violência e à Discriminação de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis, de 2004; a Carta dos Direitos de Usuários da Saúde, de 2006; o Plano de Enfrentamento da Aids entre Gays, HSH e Travestis, de 2007; as regulamentações de 2008 e 2013 acerca do processo transexualizador no âmbito do SUS; e a Política Nacional de Saúde Integral para População de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis e transexuais, de 2010. Porém, o efetivo cumprimento desses instrumentos possui vários desafios (MONTEIRO et al., 2019).

O Processo Transexualizador (PrTr) compreende um conjunto de estratégias assistenciais implementadas no SUS em 2008, que foram regulamentadas e ampliadas em 2013, direcionadas à atenção e cuidado integral de transexuais e travestis que tenham o desejo de realizar modificações corporais, em conformidade com sua identidade de gênero (SANTOS et al., 2019). Além disso, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT buscou a garantia de atendimento adequado nos serviços de saúde a essa população na tentativa de diminuir os preconceitos existentes nesse meio (POPADIUK et al., 2017).

Apesar dos avanços, a OMS ainda mantém a transexualidade, tanto para adultos quanto para crianças, na Classificação Internacional das Doenças (CID), colaborando com a patologização dessa população (POPADIUK et al., 2017). Dessa forma, pessoas transexuais precisam ser diagnosticadas com incongruência de gênero para que possam ter suas demandas específicas atendidas pelos serviços públicos de saúde brasileiros. Porém, apesar desse diagnóstico ser doloroso e sugerir a patologização da população trans, para alguns autores a sua retirada prejudicaria fortemente as crianças, as quais ficariam expostas a situações de negligência e abuso, pela falta de suporte de saúde e profissionais preparados (LOBATO et al., 2016).

Em contraste com os diversos avanços institucionais, os atendimentos de saúde ainda se organizam para atender a população heterossexual e, assim, o princípio do SUS de universalidade é comprometido, visto que parte dos profissionais conduzem os serviços sem atender às necessidades da população transexual (POPADIUK et al., 2017). A

trajetória histórica da compreensão em relação à transexualidade mostra que afirmações como “o sexo biológico é imutável” se valem de crenças supostamente amparadas em conhecimento científico, perpetuando argumentos morais. Além disso, percebe-se que a experiência trans, em toda sua subjetividade própria, acaba sendo reduzida a uma questão médica (SANTOS et al., 2019).

Evidencia-se que há vários fatores dificultadores do acesso da população trans aos serviços de saúde, e, dentre eles, o preconceito mostra-se de diversas formas. Os desafios enfrentados são a patologização da transexualidade, o acolhimento inadequado, a discriminação, carência de capacitações dos profissionais, as políticas inadequadas, a escassez de recursos para os PrTr, a exigência para a cirurgia e a falta de políticas de promoção de equidade e respeito às identidades de gênero trans (MONTEIRO et al., 2019; ROCON et al., 2020).

Estudos expõem que uma das causas de distanciamento dos atendimentos é o não respeito à utilização do nome social pelos profissionais (COSTA et al., 2016; ROCON et al., 2017; ABREU et al., 2019; BRAZ et al., 2019), o que se caracteriza como uma forma de dar continuidade à violência a essa população (SOUZA et al., 2015). Também é visível a violação de confidencialidade e despreparo dos profissionais da saúde para atender às especificidades da população trans (ABREU et al., 2019). O sistema de saúde atual é heterocisnormativo, ou seja, coloca o sujeito heterossexual como padrão, o que impõe limites às pessoas trans (ROCON et al., 2016; FERREIRA et al., 2017; GOMES et al., 2018).

Há, ainda, o despreparo da equipe profissional, ocasionando em desrespeito para com os direitos desse grupo. Portanto, as condutas hostis e de violência são explícitas nos serviços de saúde, que passam a ser vistos como reprodutores de preconceito e discriminação (GOMES et al., 2018). Com isso, os profissionais, assim como a sociedade em geral, limitam sua visão sobre o assunto baseando-se na cisgeneridade heterossexual e definem o gênero pelo sexo biológico. Isso expõe uma maneira equivocada de determinar a identidade de gênero de um indivíduo, visto que essa se baseia na forma com que cada um se identifica (MONTEIRO et al., 2019). Em contrapartida, as ações de saúde seriam facilitadas a partir da efetivação do uso do nome social por parte dos profissionais e da disponibilização de meios para o seu uso nos prontuários e documentos, junto da diminuição burocrática durante esse processo (SILVA et al., 2017).

Sendo assim, os transexuais estão cercados de violência até mesmo em locais que deveriam protegê-los. Isso se exemplifica nos serviços de saúde, visto que se percebe que essa população evita buscar ajuda dos profissionais da saúde, mesmo com agravos à saúde, por medo de sofrer mais violências e discriminações (SOUZA et al., 2015).

Outro problema percebido é o silenciamento imposto aos trans, acompanhado do ocultamento das formas de violência que essa população sofre. Faltam estratégias de atenção à saúde que sejam direcionadas a essa situação de vulnerabilidade, o que ocorre junto da falta de inclusão das pessoas trans nos grupos de riscos relacionados à violência, às infecções sexualmente transmissíveis e à criminalidade. Tudo isso se soma ao fato do Brasil ser constantemente líder mundial de crimes homo-transfóbicos (SILVA et al., 2016).

Cabe aos profissionais de saúde e aos gestores agirem como facilitadores no processo de cumprimento do direito em saúde, buscando a eliminação do preconceito, discriminação e da burocracia para o uso do nome social (SILVA et al., 2017). Porém, como já citado anteriormente, a falta de conhecimento por parte desses profissionais representa um dos obstáculos no acesso aos serviços. Isso se reflete na falta de abordagem a questões referentes ao gênero durante a formação.

Quando questões relacionadas ao gênero são abordadas, restringem-se ao diagnóstico de disforia de gênero, gerando, assim, um distanciamento entre o conhecimento acadêmico e as necessidades reais vivenciadas pelas pessoas trans (OLIVEIRA, et al., 2020). Nesse contexto, destaca-se a necessidade de uma abordagem de temas como sexualidade humana, orientação sexual, identidade de gênero, homossexualidade, bissexualidade e transexualidade, a partir de perspectivas plurais, a fim de evitar dogmatismos e reducionismos empobrecedores (GOMES, et al., 2018).

Estudos afirmam que o treinamento constante dos profissionais de saúde e ações de educação permanente são essenciais (COSTA et al., 2016; OLIVEIRA et al., 2020) para a ampliação do aparato conceitual dos profissionais (OLIVEIRA et al., 2020) e munição de conhecimentos sobre as necessidades de saúde das pessoas com diversidade de gênero (COSTA et al., 2016), seja na ampliação do acolhimento, com atitudes livres de discriminação e preconceito, seja atendendo as necessidades que dizem respeito às modificações corporais (OLIVEIRA et al., 2020).

Os serviços de saúde precisam ampliar o acesso aos transexuais, processo que se traduz

no aumento do número de serviços, descentralização do cuidado para outros pontos da rede e maior sensibilização dos profissionais. Além disso, a criação de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) pelo Ministério da Saúde e a inserção dos medicamentos para hormonização de pessoas trans na Rename são fundamentais. Os serviços requerem competência cultural, considerando que as necessidades vão além do PrTr, e o cuidado deve contemplar a valorização da diversidade do coletivo trans (KENDALL et al., 2019). Dessa forma, necessita-se organizar redes de atenção em saúde, com inserção equânime e saudável, a fim de desconstruir normas estigmatizantes, para que as travestis e transexuais sejam protagonistas de suas escolhas (SILVA et al., 2016).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A escassez de estudos encontrados sobre o assunto confirma a relevância de incentivo para pesquisar nessa área. Além disso, é imprescindível a adequação da legislação e dos serviços de saúde para com as necessidades da população transexual. Por conseguinte, deve-se desenvolver capacitações aos profissionais sobre as especificidades do atendimento e o uso adequado das terminologias referentes às pessoas trans.

**Palavras-chave:** Área Programática de Saúde; Humanização da Assistência; Minorias Sexuais e de Gênero; Pessoas Transgênero.

### **REFERÊNCIAS**

ABREU, Paula Daniella de et al. Dynamics of the social network of young female transsexuals that live and deal with HIV/AIDS. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 5, p. 1251-1257, out. 2019.

BRAZ, Camilo et al. Vidas que esperam? Itinerários do acesso a serviços de saúde para homens trans no Brasil e na Argentina. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, e00110518, 2019.

COSTA, Angelo Brandelli et al. Healthcare Needs of and Access Barriers for Brazilian

Transgender and Gender Diverse People. **Journal Of Immigrant And Minority Health**, v. 20, n. 1, p. 115-123, 1 nov. 2016.

FERREIRA, Breno de Oliveira et al. Vivências de travestis no acesso ao SUS. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 4, p. 1023-1038, dez. 2017.

GOMES, Romeu et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1997-2006, jun. 2018.

KENDALL, Carl et al. The 12 city HIV Surveillance Survey among MSM in Brazil 2016 using respondent-driven sampling: a description of methods and rds diagnostics. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 22, e190004, 2019.

LOBATO, Maria Inês Rodrigues et al. Gender Incongruence of Childhood Diagnosis and Its Impact on Brazilian Healthcare Access. **Archives Of Sexual Behavior**, v. 46, n. 8, p. 2511-2511, 22 set. 2016.

MONTEIRO, Simone et al. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, e00111318, 2019.

MONTEIRO, Simone et al. Saúde e direitos da população trans. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, n. 4, e00047119, 2019.

OLIVEIRA, Barbara de Paula et al. O direito à saúde de pessoas trans\* no Distrito Federal: entre o direito de existir e o direito à equidade. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 8, n. 1, p. 10-25, 8 maio 2019.

OLIVEIRA, Itauane de et al. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, e170961, 2020.

POPADIUK, Gianna Schreiber et al. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1509-1520, maio 2017.

ROCON, Pablo Cardozo et al. ACESSO À SAÚDE PELA POPULAÇÃO TRANS NO

BRASIL: nas entrelinhas da revisão integrativa. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2020.

ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 8, p. 2517-2526, ago. 2016.

ROCON, Pablo Cardozo et al. O que esperam pessoas trans do Sistema Único de Saúde? **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 22, n. 64, p. 43-53, 7 dez. 2017.

SANTOS, Manoel Antônio dos et al. Transexualidade, ordem médica e política de saúde: controle normativo do processo transexualizador no brasil. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 03, 7 jun. 2019.

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 2, e56407, 2016.

SILVA, Lívia Karoline Moraes da et al. Uso do nome social no Sistema Único de Saúde: elementos para o debate sobre a assistência prestada a travestis e transexuais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 27, n. 3, p. 835-846, jul. 2017.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015.